



Os Estudos Desenvolvidos no Brasil sobre a Adequação das Empresas Brasileiras aos Pronunciamentos Contábeis

Ana Paula Belli

Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC
anapaula0706@hotmail.com

Jean Roberto Andruchechen

Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC
jra_234@hotmail.com

Luiz Alberton

Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC
luiz.alberton@ufsc.br

Resumo

Este artigo tem o objetivo de identificar os estudos referentes à adequação das empresas brasileiras não financeiras aos pronunciamentos contábeis, após a determinação da obrigatoriedade. Trata-se de uma pesquisa descritiva com procedimento bibliográfico e abordagem predominantemente qualitativa, que resgatou artigos, teses e dissertações divulgados nos sites das Instituições de Ensino Superior – IES que possuem o curso de pós-graduação em contabilidade *stricto sensu*, nos principais congressos brasileiros de contabilidade e nas revistas vinculadas aos bancos de dados da SPELL e SciELO. Como resultados, foram encontrados 26 trabalhos que abordam assuntos dos CPC's 01, 04, 06, 16, 17, 18, 20, 22, 25, 27, 29, 37, 38, 39, 40 e o CPC PME, sendo que, há predominância de pesquisas em empresas listadas na BM&FBOVESPA. Também, observa-se que o CPC 29 e o CPC 04 é os tema mais abordado, apresentado 5 trabalhos somente em 2013, seguido pelo CPC PME com 4 trabalhos, CPC 29 e CPC 37 com 3 trabalhos cada e os CPC's 38, 39 e 40 com 2 trabalhos. Conclui-se que as pesquisas em contabilidade que abordam a implementação das normas internacionais de contabilidade convergidas por meio dos CPC's ainda está incipiente, o que permite que muitos estudos possam ser realizados com o intuito de contribuir para a universalização das práticas contábeis.

Palavras-chave: Pesquisa; Normas Internacionais; CPC.

1 Considerações Iniciais

A necessidade de uma contabilidade com um padrão universal, que tenda a diminuir tanto os custos com serviços quanto os custos de sua adequação, obrigou órgãos internacionais a desenvolverem e divulgarem normas e procedimentos que atendam a esta demanda, levando a criação de órgãos como IASB (*Internacional Accounting Standards Board*), FASB (*Financial Accounting Standards Board*), IFRS (*Internacional Financial Reporting Standards*), entre outros.

Esta necessidade deu-se pela globalização, pela abertura de mercado de capitais com tendências a investimentos estrangeiros. Sendo que cada país adotava uma maneira particular na





publicação dos demonstrativos contábeis, foi criada na União Europeia as IFRS, que atualmente conta com mais de 100 países que adotam esta premissa e muitos outros estão em processo de adequação à estas normas.

No Brasil, a aprovação da Lei 11.638/07 marcou o início da convergência das normas brasileiras para as normas internacionais de contabilidade, ficando sob a responsabilidade do CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) a tradução e adaptação das normas emitidas pelo IASB. Desde 2007 as grandes empresas e as sociedades por ações já estavam trabalhando com a adequação de seus demonstrativos contábeis à luz das normas internacionais. Mas, foi somente em 2010 que houve a obrigação de publicação das demonstrações de acordo com a nova normatização.

Mesmo com a obrigação de seguir as normas internacionais de contabilidade, o assunto ainda é novo e pouco explorado, o que dificulta o entendimento e a aplicação da legislação e pronunciamentos contábeis. Neste sentido, a comunidade acadêmica tem o papel de instruir e levar o conhecimento para as empresas e também para a sociedade, facilitando o entendimento e compreensão desta nova fase contábil.

Para Freitas (2011), pesquisas acadêmicas nesta área fazem com que o Brasil possa discutir mundialmente sobre a convergência contábil e oferecem contribuições sobre o entendimento da relevância da informação contábil em mercados com características em que há a influência da legislação tributária, a concentração alta de controle acionário e utilização de empréstimos bancários como principal fonte de financiamento e um histórico de uma vasta regulamentação da contabilidade financeira.

Essa nova fase da evolução na contabilidade fomentou a necessidade de novos estudos para abordar os impactos da adoção das normas internacionais pelas companhias brasileiras e em que condições ocorreram essas harmonizações. Assim, surge o seguinte problema de pesquisa: Quais são os assuntos tratados nos estudos sobre a adoção dos pronunciamentos contábeis pelas empresas brasileiras?

Assim, o objetivo deste trabalho é identificar os estudos referentes à adequação das empresas brasileiras não financeiras aos pronunciamentos contábeis entre 2010 e 2013, usando procedimento bibliográfico e análise de conteúdo dos estudos que foram encontrados.

O presente estudo é relevante sobre três aspectos: a) oferece melhor compreensão do atendimento aos pronunciamentos contábeis pelas empresas brasileiras; b) disponibiliza, de forma sucinta, um levantamento do que está sendo estudado sobre os pronunciamentos contábeis para nortear novos estudos a serem realizados; c) contribui com o profissional de contabilidade servindo de fonte de informação ao apresentar o desenvolvimento da adequação dos pronunciamentos contábeis por empresas brasileiras.

2 Fundamentação Teórica

Esta seção apresenta uma breve revisão bibliográfica, com base em artigos e livros relacionados com demonstrações contábeis, as normas internacionais de contabilidade e a sua implementação no Brasil.

2.1 Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis têm como finalidade evidenciar como está a real posição financeira e patrimonial da empresa. Para Iudícibus *et al.* (2010, p. 2), as demonstrações são “um conjunto de informações que deve ser divulgado por uma sociedade por ações representando sua prestação de contas”. Para isso, a empresa deve divulgar o relatório da administração, as



Demonstrações Contábeis (Balanço Patrimonial, Demonstrativo do Resultado do Exercício, Demonstrativo do Resultado Abrangente, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrativo de Fluxo de Caixa, Demonstrativo de Valor Adicionado) e as suas Notas Explicativas, o Parecer dos Auditores Independentes (se houver), o Parecer do Conselho Fiscal e o relatório do Comitê de Auditoria (se existirem).

De acordo com Young (2010), o objetivo das demonstrações contábeis, além de fornecer as informações financeiras da empresa, é dar suporte às avaliações e tomadas de decisões econômicas. Além do mais, apresentam os resultados da atuação da administração na gestão da empresa e a sua capacitação na prestação de contas quanto aos recursos que lhe foram confiados por seus acionistas e financiadores.

Para que as demonstrações contábeis sejam publicadas no Brasil, devem ser seguidas as orientações dos CPC's (Comitê de Pronunciamentos Contábeis). Iudícibus *et al.* (2010) presumem que a aplicação dos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações do CPC garante às demonstrações contábeis a adequação necessária para que os relatórios sejam interpretados, comparados e analisados por usuários interessados, mesmo de outros países.

2.2 Normas Internacionais de Contabilidade

A possibilidade de comparação entre os relatórios contábeis emitidos em diversos países do mundo beneficia os usuários da informação contábil para interpretá-los de maneira coerente, sendo que o processo de convergência contábil tem como objetivo integrar as práticas contábeis entre os países de acordo com a necessidade da informação contábil (OLIVEIRA, 2010). A fim de auxiliar os investidores, gestores e analistas financeiros de todo o mundo a utilizar dados homogêneos e transparentes na comparação dos números e resultados das entidades, surgiu o processo de harmonização das demonstrações contábeis (BECK *et al.*, 2012).

Para Fabiano (2012), as convergências para um padrão internacional de contabilidade é motivado ao movimento mundial de integração dos mercados de capitais, sendo que estas motivações podem decorrer por imposições legais das indicações institucionais das nações, dos incentivos concedidos para as empresas e das atitudes voluntárias de adoção das normas internacionais. Como principais benefícios na convergência contábil percebem-se a redução da assimetria da informação, a maior eficiência do mercado, o aumento do grau de comparabilidade e a redução dos custos de capital para as empresas que adotam essa prática.

A importância da adequação das demonstrações contábeis nas normas internacionais de contabilidade, emitidas pelo IASB, pode ser justificada com a alegação de que um único padrão contábil dá maior comparabilidade às demonstrações contábeis de diferentes países, o que reduz os custos de elaboração e conversão da informação contábil (SILVA; LOPES, 2012; TAVARES *et al.*, 2010).

Para suprir a necessidade da harmonização das normas internacionais de contabilidade, o IASB emitiu as *International Accounting Statements* (IAS), denominadas a partir de 2003 como IFRS. Essas são as normas internacionais de contabilidade que vêm sendo expandidas e aceitas por mais de 100 países, cujo objetivo é unificar a linguagem contábil nas demonstrações financeiras das empresas (PRADO, 2013). Conforme Almeida (2012), a União Europeia adotou as normas internacionais com maior abrangência em 2005, sendo que nesta época as empresas passaram a apresentar as demonstrações consolidadas de acordo com as IFRS. Ainda para Prado (2013), um fator que favoreceu a adoção das IFRS pelas empresas europeias foi a exigência de instituições internacionais, como o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio, sendo



que, para utilizar os serviços destas instituições como ajuda financeira, as empresas deveriam adotar as IFRS em suas demonstrações financeiras.

Calixto (2010), em seu estudo sobre os impactos da adoção no IFRS em países europeus, recomenda análises dos estudos com foco em países da América Latina que implementaram as diretrizes e expectativas de harmonização das IFRS, neste caso o Brasil. Observa-se que no Brasil, pesquisadores apresentam estudos sobre a adequação das empresas brasileiras às normas internacionais de contabilidade visando o atendimento da Lei 11.638/07.

Para tanto, faz-se necessário compreender como foi abordado no Brasil a implementação das Normas Internacionais de Contabilidade, tanto no campo legal, quanto aos órgãos reguladores e os pronunciamentos contábeis a serem seguidos a fim de parametrizar a implementação e o cumprimento das normas internacionais.

2.3 Implementação das Normas Internacionais no Brasil

No Brasil, a exigência para convergir às demonstrações contábeis para as normas internacionais teve o ponto de partida pela aprovação da Lei nº11.638/07. Essa transição teve a participação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que tem os objetivos de estudar, preparar e emitir Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade, para posterior emissão de normas pelas entidades reguladoras, como a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), Banco Central do Brasil (BACEN) (LORENCINI, COSTA, 2012), entre outros órgãos reguladores de setores no Brasil.

Conforme mencionado por Pessotti (2012) e por Silva (2012), a convergência para as normas internacionais de contabilidade ocorreu no Brasil em duas etapas: a primeira etapa, denominada como norma de transição, deu início a um processo de convergência parcial das demonstrações contábeis do exercício social de 2008, sendo oficializada com a publicação da Lei 11.638/07, com a Medida Provisória nº 449/08 (posteriormente transformada na Lei 11.941/09) e com a implementação dos CPC's 01 ao 14, em que pode-se destacar o CPC 13 que contém as orientações necessárias para a adoção inicial dentro dos moldes internacionais; já a segunda etapa, denominada de adoção plena, foi caracterizada com a emissão do CPC 37, que orienta à adoção inicial das normas internacionais de contabilidade.

Para Prado (2013), apesar de haver a evolução dos órgãos de classe no Brasil, ainda existe uma forte influência governamental sobre determinados aspectos da contabilidade brasileira. O Brasil possui a característica *Code Law*, apresentando estruturas gerais de organização regulamentadas, com forte interferência da legislação tributária na contabilidade. Contudo, as mudanças na legislação vigente são lentas e normalmente não acompanham a evolução dos negócios, pois os órgãos normatizadores estão mais envolvidos com suas funções de fiscalização das empresas.

A criação do CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) foi um importante passo dado no Brasil. De acordo com Iudícibus *et al.* (2010), seis entidades não governamentais, o CFC (Conselho Federal de Contabilidade) em parceria com a APIMEC NACIONAL (Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais), com a ABRASCA (Associação Brasileira das Companhias Abertas), com a BM&FBOVESPA (Bolsa de Mercadorias, Valores e Futuros de São Paulo), com a FIPECAFI (Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras) e com o IBRACON (Instituto dos Auditores Independentes do Brasil), emitiu a Resolução 1.055/05, criando esse Comitê que é suportado





materialmente pelo Conselho Federal de Contabilidade, mas possui independência em suas deliberações (Pronunciamentos Técnicos, Interpretações e Orientações).

De acordo com a Instrução CVM n.º 457/07, a adoção de todos os Pronunciamentos Contábeis se tornou obrigatória para as demonstrações financeiras consolidadas a partir do exercício social de 2010 para as sociedades por ações e empresas de grande porte. Para que as pequenas e médias empresas possam adequar-se aos padrões internacionais de contabilidade, por conta de suas particularidades, o CFC aprovou a Resolução CFC 1.255/09: NBC TG 1000 – contabilidade para pequenas e médias empresas. Posteriormente, para atender as microempresas e empresas de pequeno porte, o CFC aprovou a Resolução CFC 1.418/12: ITG 1000 – modelo contábil para microempresa e empresa de pequeno porte (CFC, 2013).

3 Metodologia

Com o intuito de dar um delineamento à pesquisa, os procedimentos metodológicos são considerados sobre três aspectos: quanto ao objetivo; quanto aos procedimentos; e, quanto à abordagem do problema (RAUPP; BEUREN, 2006).

Deste modo, tendo em vista o objetivo de verificar, descrever e analisar as características dos estudos sobre a adequação às normas internacionais de contabilidade, esta pesquisa é caracterizada como descritiva (CERVO; BERVIAN, 1996; Gil, 2002; RICHARDSON, 2012). No entendimento de Raupp e Beuren (2006), a pesquisa descritiva é um estudo intermediário entre a pesquisa exploratória e explicativa que, dentre outros aspectos, tem o significado de identificar, relatar e comparar aspectos ou comportamentos de determinada população, sem a interferência do pesquisador.

Quanto aos procedimentos, este estudo pode ser considerado como bibliográfico, aplicado sobre duas perspectivas. No primeiro momento, a utilização de materiais bibliográficos realizada por livros e artigos científicos, proporciona sustentação teórica para a pesquisa. Na sequência, com o objetivo de analisar os estudos referentes à adequação às normas internacionais de contabilidade pelas empresas brasileiras, isto é, em estudos já elaborados e tornados públicos, que neste caso englobam as teses, dissertações e artigos científicos, tanto os publicados em revistas como os apresentados nos principais congressos brasileiros de contabilidade.

A abordagem do problema ocorre em um desenho de pesquisa misto. Tem o formato predominantemente qualitativo que é combinado com o método quantitativo. Para Gray (2012), as pesquisas descritivas podem apresentar fatores com potencial para análise quantitativa e que a utilização mista ocasiona benefícios ao balancear os pontos fracos de uma medida com os pontos fortes da outra.

3.1 Coleta dos Dados

Os dados foram coletados em diferentes fontes de pesquisa e de trabalhos que se tornaram públicos no período de janeiro de 2010 até dezembro de 2013 e formando três blocos na pesquisa: i) teses e dissertações; ii) trabalhos apresentados nos principais congressos brasileiros relacionados aos estudos contábeis; iii) artigos publicados em revistas.

Inicialmente, para se definir a fonte de dados das teses e dissertações, foram selecionadas nas Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras que possuem, em seus programas de ensino, o curso de pós-graduação em contabilidade em nível de mestrado e/ou doutorado, totalizando 21 instituições (CAPES, 2014).

Nas páginas eletrônicas das instituições que possuem biblioteca de teses e dissertações, ou aquelas que possuem uma página especificamente para sua divulgação, foram realizadas buscas



no período já mencionado utilizando-se das seguintes palavras-chave: IFRS, CPC, Normas Internacionais, Convergência e Pronunciamentos Contábeis. Dessa forma, todos os cursos dessas instituições, além do curso de contabilidade ou com aderência aos estudos de contabilidade, puderam ser verificados.

Entretanto, nas instituições que não foi possível localizar as bibliotecas das teses e dissertações, utilizou-se as próprias páginas dos cursos de pós-graduação para as buscas, acessando o menu de teses e dissertações. Destaca-se que nestas situações, as buscas ocorreram nos cursos de Administração, Economia e Engenharia de Produção, que poderiam apresentar trabalhos sobre o tema desta pesquisa. Assim, como não foi possível utilizar ferramentas de filtros, todos os títulos das teses e dissertações disponíveis foram lidos.

Na sequência, foi realizada a busca por artigos, por meio das mesmas palavras-chave utilizadas na busca de teses e dissertações, que foram apresentados nos principais congressos brasileiros (classificados como E1 pela CAPES) relacionados à contabilidade, sendo selecionados: Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Ciências Contábeis (ANPCONT); Congresso Brasileiro de Custos (CBC); Congresso da USP de Controladoria e Contabilidade; Congresso da USP de Iniciação Científica; e, Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração (EnANPAD). Da mesma forma, nas páginas que não permitiram a utilização de filtros para as buscas, os títulos dos trabalhos foram lidos, para posterior *download* dos trabalhos relacionados ao tema.

E, por último, foram examinados artigos publicados em revistas que estão vinculadas as bases de dados da SPELL (*Scientific Periodicals Electronic Library*) e SciELO (*Scientific Electronic Library Online*), utilizando-se das mesmas palavras-chave nas buscas das teses e dissertações.

3.2 Filtragens dos Estudos Encontrados

Inicialmente, foram identificados 218 trabalhos de origem brasileira que abordam assuntos relacionados às normas internacionais de contabilidade, o que compreendeu 7 teses, 87 dissertações e 124 artigos. Os artigos estão compostos por 84 trabalhos apresentados em congressos e outros 40 publicados em revistas vinculadas às bases de dados da SPELL ou da SciELO.

Após a leitura dos títulos e resumos de todos os 218 trabalhos, foram eliminados os estudos que abordam assuntos com menor aderência à adequação aos pronunciamentos contábeis por companhias brasileiras como, por exemplo, análise econômico-financeira, estudo no setor público, pesquisas de opinião, comparação entre normas brasileiras e de outros países, entre outros.

Desta maneira, foram verificados 50 estudos com as características que atendiam as necessidades deste estudo. Estes estudos passaram por uma releitura dos seus resumos e leitura das introduções e metodologias empregadas, a fim de identificar qual era o período abordado no estudo. Assim, os trabalhos realizados anteriores a 2010, período anterior à obrigatoriedade do IFRS *full*, foram eliminados, restando 26 estudos (entre dissertações e artigos) que foram lidos na íntegra e efetuadas as análises do conteúdo conforme é apresentado na sequência.

4 Descrição e Análise dos Dados

A fase da análise foi realizada concentrando-se nos estudos que abordam o atendimento dos pronunciamentos contábeis (CPC) por parte de companhias não financeiras após 2010. Os assuntos são discutidos de maneiras diferentes que são apresentados, basicamente, como estudos





de caso e análises de conteúdo, entre outros. É possível verificar que nem todos os pronunciamentos são explorados e que existe uma diversidade sobre os objetivos e objetos de estudo apresentados.

4.1 CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Este Pronunciamento Técnico foi elaborado a partir da IAS 36 e foi aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) com o objetivo de estabelecer procedimentos que a entidade deve aplicar para assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valores que não excedam os seus valores de recuperação. (CPC, 2013).

Ao estudar este CPC, Marinho e Queiroz (2013) verificaram se as empresas do Novo Mercado na BM&FBOVESPA estão seguindo os quesitos pré-estabelecidos pelo CPC 01 nos anos de 2011 e 2012. Como resultado, as autoras não encontraram mudanças significativas entre os anos analisados em relação ao cumprimento das diretrizes estabelecidas pelo CPC 01 pois, a maioria das empresas realizam o teste de *impairment* mas não divulgam a metodologia trabalhada para realizar os mesmos, além de que as informações não foram claras e objetivas.

4.2 CPC 04 – Ativo Intangível

Elaborado com base na IAS 38, o Pronunciamento Técnico CPC 04 foi aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) de acordo com a Resolução CFC nº 1055/05, tem o objetivo de determinar o tratamento contábil dos ativos intangíveis que não são abrangidos especificamente em outro Pronunciamento Contábil (CPC, 2013).

Para contribuir com as pesquisas feitas com os Pronunciamentos Contábeis, Silva (2013) realizou uma pesquisa em sua dissertação investigando os determinantes de divulgação de ativos intangíveis em clubes de futebol brasileiros. Ao analisar os demonstrativos contábeis dos anos de 2010 e 2011, em consonância com as diretrizes do CPC 04, a autora demonstra que os itens de ativos intangíveis mais evidenciados nos demonstrativos contábeis pelos clubes foram o valor contábil bruto do ativo intangível, o valor contábil e a descrição de um ativo intangível individual, os métodos de amortização utilizados, a separação em classes menores de ativos intangíveis, a amortização acumulada do período e a distinção entre ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis. A autora ainda concluiu que, os clubes de futebol analisados agem de forma proativa para atender às determinações da regulação no que se refere à evidenciação de informações sobre ativos intangíveis, protegendo-se de punições dos órgãos reguladores e assim preservando uma boa imagem perante a sociedade.

Ao analisar as implicações provocadas pelas normas internacionais de contabilidade em 50 empresas listadas no Índice Bovespa nos anos de 2006 à 2012, Liszbinski (2013) concluiu em sua dissertação que, aplicando os requisitos do CPC 04, houve um aumento da representatividade dos ativos intangíveis das empresas em comparação ao ativo total da amostra, onde os valores médios contabilizados como ativos intangíveis aumentaram 82% ao serem comparados os períodos anteriores com os posteriores à adoção das normas internacionais de contabilidade.

A fim de identificar o impacto da adoção do CPC 04 na contabilização de P&D (Pesquisa e Desenvolvimento) nas empresas do setor elétrico listadas na Bolsa de Valores, Barbosa, Rocha e Sales (2013) analisaram os demonstrativos contábeis das devidas empresas, principalmente as suas notas explicativas e concluíram que a evidenciação de P&D ainda requer melhorias nas empresas analisadas.

Neste contexto, Monteiro *et al.* (2013) elaboraram uma pesquisa para identificar o nível de aderência de 28 companhias de capital aberto de bens industriais em relação aos critérios de



evidenciação determinados pelo CPC nos anos de 2008 à 2011. Os resultados mostram que as empresas analisadas alcançaram o índice de aderência de 62% (em média), no entanto, algumas empresas atingiram o percentual de 100% de aderência desde o primeiro ano de adoção deste CPC e o nível de aderência da maioria das companhias analisadas ao CPC 04 aumentou com o passar dos anos analisados.

Ainda, para compor os estudos referente ao CPC 04, Filho *et al.* (2013) verificaram se as empresas listadas na BM&FBOVESPA variaram o seu reconhecimento de ativos intangíveis em seus balanços. Como resultado da pesquisa, os autores indicaram que, dos 10 setores estudados, 7 apresentaram aumento de reconhecimento de seus ativos intangíveis após a adoção do CPC 04, destacando-se o setor de construção e transporte com um aumento de 44,76% e aumento significativo de *goodwill* apenas no setor de bens industriais.

4.3 CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil

Ao ser elaborado com base na IAS 17, o Pronunciamento Técnico CPC 06 foi aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) com o objetivo estabelecer, para arrendatários e arrendadores, políticas contábeis e divulgações apropriadas para aplicar em relação aos arrendamentos mercantis (CPC, 2013).

Em seu artigo científico, Coelho e Santos (2013) analisaram as divergências geradas pelos padrões contábeis brasileiros antigos e o CPC 06 existentes no arrendamento mercantil financeiro de 46 empresas arrendadoras de capital aberto nos anos de 1997 e 2011. Ao aplicar testes estatísticos os autores constataram diferenças entre os dois padrões contábeis analisados para as contas de arrendamento mercantil e concluíram que os impactos nas informações contábeis de arrendadoras gerariam informação contábil significativamente diferente.

4.4 CPC 16 – Estoques

O Pronunciamento Técnico CPC 16, elaborado a partir da IAS 2 e aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com a aprovação da NBC T 19.20, pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), tem o objetivo de estabelecer o tratamento para a avaliação contábil dos estoques (CPC, 2013).

Para auxiliar no entendimento deste pronunciamento, em razão de que o respectivo valor da ociosidade fabril não integrar o custo do produto vendido, Wernke e Lembeck (2012), realizaram um estudo de caso em uma indústria de materiais elétricos para verificar a possibilidade da utilização do Método UEP (Unidade de Esforço de Produção) como instrumento contributivo ao atendimento do CPC 16. Assim, ao mensurar a capacidade instalada, utilizada e ociosa da fábrica, os autores confirmam a aplicabilidade deste método, alocando os custos diretos e indiretos, de forma sistêmica, às unidades produzidas, com a repartição dos valores relativos à ociosidade da atividade da fábrica, em consonância com as exigências estabelecidas pela resolução CFC nº 1.170/2009, em especial aos itens 9 e 10 que tratam da mensuração dos estoques.

4.5 CPC 17 – Contratos de Construção

Aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Técnicos, com consonância com a IAS 11, pelo CFC com a alteração da NBC TG 17 e pela CVM, o Pronunciamento Técnico CPC 17, tem como objetivo estabelecer o tratamento contábil para o reconhecimento e a divulgação das



receitas e despesas associadas a contratos de construção nas demonstrações contábeis das entidades contratadas (CPC, 2013).

Neste contexto, Lucena e Sousa (2012), realizaram um estudo sobre este pronunciamento analisando o conteúdo das notas explicativas do período de 2009 à 2012 de 22 empresas listadas na BM&FBOVESPA do setor de construção civil. Com o objetivo de verificar se as empresas reconhecem tanto as receitas como também os custos atendendo os requisitos deste CPC, da ICPC 02 e da OCPC 01, verifica-se que nenhuma das empresas divulgou suas receitas e custos com base nos itens do CPC 17; poucas são as empresas que fazem o reconhecimento dos custos; quase 100% das empresas não atenderam aos requisitos da ICPC 02; e que mais de 50% das empresas atenderam ao OCPC 01.

4.6 CPC 18 – Investimentos em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto

Para estabelecer a contabilização dos Investimentos em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (*joint ventures*), considerando a IAS 28, foi aprovado o Pronunciamento Técnico CPC 18 (CPC, 2013).

Com relação a este Pronunciamento, Druzian; Ensslin; Krüger (2012), realizaram uma pesquisa nas notas explicativas de 2010 de 6 empresas do setor de Tecnologia da Informação listadas na BM&FBOVESPA e que possuem operações de investimentos em Coligadas e/ou em Controladas. Os autores concluem que as companhias não estão em plenamente conformidade com as instruções estabelecidas pelo CPC 18, constatando que a empresa que mais atendeu aos itens verificados foi a TOTV com 16 itens dos 24 determinados pelo pronunciamento. Acredita-se que esse nível de conformidade pode ser explicado pela recente aprovação desse Pronunciamento Técnico na data de realização da pesquisa.

4.7 CPC 20 – Custos de Empréstimos

O Pronunciamento Técnico CPC 20 determina a contabilização dos custos de empréstimos que devem ser incorporados diretamente à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável (CPC, 2013).

Com base nesse pronunciamento, Mulazzani (2010), mostrou a aplicação do conceito de TCO (Total Cost of Ownership), na mensuração de ativos na apuração de custos de carregamento, em relação aos ativos qualificados do pronunciamento CPC 20. Este estudo foi realizado utilizando-se a estrutura de custos de uma empresa de vinhos localizada na micro região de Caxias do Sul, na Serra Gaúcha. Como o objetivo não era de testar hipóteses, o conceito foi aplicado em dois ativos quantificados: custos de comprar, produzir, armazenar e comercializar vinhos finos, com a utilização do custeio ABC para alocação de custos, apresentando como aplicar o TCO (Total Cost of Ownership) na empresa objeto do estudo.

4.8 CPC 22 – Informações por Segmento

O Pronunciamento Técnico CPC 22 tem como objetivo esclarecer a forma de divulgação das informações necessárias para que os usuários das demonstrações contábeis possam avaliar a natureza e os efeitos financeiros das atividades que a empresa está envolvida e sobre o ambiente econômico na qual está operando (CPC, 2013).

A fim de descobrir quais são as características de divulgações de segmentos feitas pelas empresas brasileiras, Schvirck, Lunkes e Gasparetto (2013) analisaram as notas explicativas de 81 empresas de capital aberto referente ao ano de 2010. Como resultados os autores elencaram



que existem empresas que não fizeram qualquer referência a informações por segmentos e, das empresas que informaram, fizeram referências predominantemente ao critério de linha de negócios, os autores ainda concluíram que há diversidade nas estruturas dos relatórios por segmento publicados pelas empresas analisadas.

4.9 CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

Para determinar os critérios de reconhecimento e as bases para a mensuração apropriadas para provisões, ativos e passivos contingentes, conforme a IAS 37, e o conteúdo das informações nas notas explicativas, foi aprovado o Pronunciamento Técnico CPC 25 (CPC, 2013).

Ribeiro (2012) analisou a percepção de advogados, auditores e juristas quanto ao mecanismo de gerenciamento de resultados por meio do contencioso legal e analisou as notas explicativas no período de 2006 a 2010 de três companhias listadas na BM&FBOVESPA, para verificar se houve aumento de disclosure sobre ativos e passivos contingentes. O autor concluiu que o resultado contábil pode melhorar ou piorar por conta do entendimento subjetivo e aplicação da legislação, bem como que as empresas aumentaram o disclosure das informações sobre provisões, passivos e ativos contingentes.

4.10 CPC 27 – Ativo Imobilizado

O reconhecimento contábil dos ativos imobilizados, levando em consideração os seus valores contábeis e os valores de depreciação e perdas por desvalorização, são estabelecidos pelo pronunciamento técnico CPC 27, exceto os que se aplicam aos pronunciamentos técnicos CPC 29, 31 e 34 (CPC, 2013).

Sobre este pronunciamento, Freire et al. (2012) apresentaram uma pesquisa nas empresas brasileiras listadas na BM&FBOVESPA no setor de bens industriais, com o objetivo de verificar as práticas na adoção de taxas fiscais de depreciação ou das taxas baseadas na vida útil econômica dos bens do ativo imobilizado. Os resultados indicaram que um elevado número de empresas adotou as novas práticas (CPC 27) em detrimento das antigas taxas fiscais. Concluíram ainda que, ao verificar a quantidade de empresas que ainda utilizam as taxas fiscais, preveem que a aderência integral de todas as empresas às novas normas poderá levar mais algum tempo.

4.11 CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola

Quanto à contabilização de atividades agrícolas relacionadas às atividades biológicas, produção agrícola do ponto de vista de colheita e das subvenções governamentais (itens 34 e 35 deste pronunciamento), o CPC, baseando-se na IAS 41, emitiu o pronunciamento técnico CPC 29 (CPC, 2013).

Com base nesse pronunciamento técnico, Rech e Oliveira (2011) analisaram os critérios adotados para a mensuração e evidenciação dos ativos biológicos por três empresas com sede no Brasil e quatro com sede em outros países, escolhidas de forma intencional, que exploram ativos biológicos por meio de controladas ou coligadas no Brasil. Foi identificado que essas sete empresas mensuraram os ativos biológicos a valor justo com base no fluxo de caixa descontado. Entretanto, é verificado que as informações divulgadas são insuficientes para se perceber a capacidade de geração de caixa futuro desses ativos. Outra constatação foi de que apenas uma destas empresas apresentou dados próximos às recomendações pelo CPC 29, enquanto que as demais não atenderam as recomendações.

Enquanto que na dissertação de Quirino (2011) foi apresentado um caso prático de como elaborar, passo a passo, o fluxo de caixa descontado e como determinar a taxa de desconto para



trazer os fluxos a valor presente para a valorização dos ativos biológicos florestais, que é utilizado por uma empresa multinacional com investimentos florestais no Brasil. O autor justifica esta prática uma vez que, não encontra um mercado ativo para determinar o valor justo do ativo.

Zanin et al. (2012) realizaram um estudo de caso com o objetivo de examinar as alterações ocorridas em uma propriedade no Oeste de Santa Catarina que realiza a atividade de bovinocultura de corte, com a aplicação do CPC 29. Os autores verificaram que após a aplicação do CPC 29 a propriedade apresentou um lucro na atividade. Essa variação é justificada por ser realizada a depreciação total do animal menos o valor residual, fazendo com que o resultado seja mais confiável.

4.12 CPC 37 - Adoção Inicial as Normas Internacionais de Contabilidade

O objetivo do Pronunciamento Técnico CPC 37 é assegurar que as demonstrações financeiras das companhias e as suas demonstrações contábeis intermediárias contenham informações de qualidade, destacando-as conforme descrito no CPC 37 (CPC, 2013).

Assim, Freitas (2011), ao analisar as demonstrações financeiras do ano de 2010 de 283 companhias listadas na BM&FBOVESPA, concluiu que as empresas auditadas pelas Big Four e inseridas no segmento “Novo Mercado” tendem a aderir às normas internacionais de contabilidade, bem como o setor de atuação pode influenciar na aplicação das recomendações dos órgãos reguladores.

Calvi e Grillo (2012) realizaram um estudo para analisar as características financeiras que adotaram voluntariamente as normas internacionais de contabilidade. Para isso, foram verificadas as informações do período de 2007 a 2010 de 219 empresas não financeiras, listadas na BM&FBOVESPA nos níveis de governança corporativa N1 e N2. Concluiu-se que empresas de grande porte foram mais predispostas pela adoção voluntária das normas internacionais de contabilidade no período de 2007 até 2010.

O objetivo de Silva (2012) foi de analisar se as isenções opcionais elencadas no CPC 37 davam incentivos gerenciais para serem aplicadas retroativamente, avaliando as demonstrações financeiras das empresas listadas na BM&FBOVESPA. O autor chegou ao resultado que tanto as empresas maiores como as mais endividadas utilizaram normas passivas de isenção que reduziram o patrimônio líquido, identificando que as IFRS trouxeram maior relevância das informações contábeis e um menor grau de gerenciamento de resultados.

4.13 CPC 38, 39 e 40 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração; Apresentação; Evidenciação

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu o Pronunciamento Técnico CPC 38, em conformidade com a IAS 39, para tratar do reconhecimento e mensuração de instrumentos financeiros. Também, de forma complementar, foi emitido o CPC 39 que determina o reconhecimento e mensuração para os instrumentos financeiros e o CPC 40 que estabelece a sua determinação (CPC, 2013).

Neste contexto, Shinzato (2011) investigou o nível de conformidade das companhias listadas no Ibovespa sobre instrumentos financeiros e os seus riscos associados, com vista aos CPCs 38, 39 e 40 e analisou as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010. Como resultado verificou que o nível de evidenciação está alinhado às normas. Entretanto, a introdução da contabilidade de hedge ainda apresentava índices rudimentares de divulgação, bem como não foram observadas maiores transparências na divulgação de exposição a riscos de crédito ou de liquidez.



De forma idêntica, a dissertação de Reis Neto (2011) apresentou uma análise das notas explicativas e demonstrações contábeis do ano de 2010 de 98 empresas com as ações mais negociadas na BM&FBOVESPA no ano de 2010, verificou-se que estas empresas evidenciaram adequadamente essas operações.

4.14 CPC PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas

Para simplificar, em comparação com os pronunciamentos técnicos para as empresas de grande porte, o CPC aprovou em 2009 o pronunciamento técnico para atender as necessidades específicas das pequenas e médias empresas, obrigatórios a partir de 2010, que foi aprovado pelo CFC pela Resolução CFC 1.255/09: NBC TG 1000 – contabilidade para pequenas e médias empresas (CPC, 2013).

Para dar maior compreensão, Sousa (2012) procurou identificar, por meio de uma revisão bibliográfica, as mudanças relevantes das informações contábeis originadas com a adesão das regras IFRS para as pequenas e médias empresas. Concluiu-se que embora os benefícios trazidos pela adoção das IFRS pelas pequenas e médias empresas, como maior acesso ao crédito e custos reduzidos de financiamentos, a classe contábil terá muitos desafios para essa adequação por estar acostumada a seguir regras prontas.

Já em uma pesquisa exploratória onde os sócios de 4 escritórios contábeis foram entrevistados, Santos (2013) investigou os principais fatores que influenciaram esses escritórios a preparar, elaborar e divulgar as demonstrações financeiras de seus clientes, a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, tendo em vista da obrigatoriedade de aplicação do CPC PME. Como resultados, o autor concluiu que a maioria dos escritórios não está motivada a adotar o CPC PME, sentindo-se forçado a adotá-lo em situações especiais, o que prevalece a manutenção das práticas e regras fiscais que continuam influenciando os resultados contábeis. A conclusão também aponta que a adoção intempestiva é potencializada devido a ausência de penalidades severas tanto para as empresas, quanto para os escritórios e a falta de interesse dos clientes, bem como a tradição dos escritórios em atender aos aspectos fiscais, para não arcarem com as multas impostas.

Em sua dissertação, Riva (2013) analisou a relação entre a adoção do CPC PME de 179 pequenas e médias empresas no Brasil e o custo do crédito concedido pelas instituições financeiras. Como resultados da pesquisa, o autor identificou um ambiente de concessão de crédito pelas instituições financeiras com alto risco de perdas, fazendo com que as análises incluam as informações contábeis, porém com a utilização de outros instrumentos de mitigação de risco. Em geral, as instituições financeiras veem com bons olhos a adoção do padrão contábil internacional, mas ainda não está claro de que os benefícios superam os seus custos de implantação.

Ao analisar um estudo de caso em uma empresa de suinocultura, Rocha, Botinha e Lemes (2013) analisam os cenários da adoção da contabilidade internacional em outros países. Os autores destacaram os principais pontos da norma IFRS para as pequenas e médias empresas que diferenciam das práticas anteriores e verificaram qual o impacto em termos de valores no resultado financeiro e na situação patrimonial da empresa analisada. Como resultados, verificaram que alguns pontos elencados no CPC PME impactam nos resultados patrimoniais e financeiros da empresa estudada, tais como a mensuração do ativo biológico e outros ajustes permitidos no deemed cost.



5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a globalização e a abertura de mercado visando capitais estrangeiros, as empresas necessitam padronizar a sua forma de contabilização no âmbito internacional, seja para aplicar seus investimentos ou seja para comparar seus dados com empresas de outros países. Para que isso tornasse possível, foram criados órgãos capazes de normatizar e parametrizar a contabilidade. A contabilidade vem seguindo as IFRS, as normas padronizadas pela IASB que, atualmente, mais de 100 países já estão aderentes e outros tantos estão passando pelo processo de adequação.

No Brasil a contabilidade era regida pela Lei 6.404/76 – a Lei das Sociedades por Ações. Para a adequação das normas internacionais de contabilidade, foi aprovada a Lei 11.638/07 e foi criado o CPC a fim de traduzir, interpretar e fornecer os pronunciamentos contábeis para que as empresas de grande porte e as sociedades por ações se adequassem a esta nova Lei. A partir de 2010 essas empresas tiveram de publicar as suas demonstrações contábeis de acordo com o advindo da MP 449/08, posteriormente transformada na Lei 11.941/09. Além dessas empresas, as empresas de pequeno e médio porte também tiveram de se adequar com a NBC TG 1000 e as microempresas e empresas de pequeno porte de acordo com a ITG 1000.

O assunto sobre a adequação das normas internacionais de contabilidade por companhias brasileiras é abrangente e novo, ainda há o que ser compreendido e pesquisado. A pesquisa científica, por meios acadêmicos, tem o papel de auxiliar e “desvendar” muitos paradigmas que ainda não foram explorados ou que precisam de tal entendimento. Os estudos efetuados na área são explorados e divulgados através de artigos publicados, dissertações e teses defendidas no meio acadêmico.

Como o objetivo deste artigo era identificar os estudos referentes à adequação das empresas brasileiras não financeiras aos pronunciamentos contábeis, após a determinação da obrigatoriedade em 2010, foram pesquisadas as bases de dados da SPELL e SciELO, dos principais congressos brasileiros e o acervo virtual das teses e dissertações dos cursos de pós-graduação *scripto sensu* das universidades brasileiras. Na busca, foram encontrado um total de 218 trabalhos, sendo que, após a análise de conteúdo, somente 26 foram mencionados neste estudo.

Dentre os trabalhos selecionados, verifica-se a predominância de pesquisas em companhias de capital aberto que estão listadas na BM&FBOVESPA, com a análise dos dados divulgados por meio eletrônico (internet). Chegou-se na conclusão de que nem todos os Pronunciamentos Contábeis foram abordados, limitando-se aos assuntos dos seguintes CPC's: 01, 04, 06, 16 ao 18, 20, 22, 25, 27, 29, 37 ao 40 e o CPC PME.

Nestes trabalhos, o CPC 04 é o tema mais abordado, apresentado 5 trabalhos somente em 2013, seguido pelo CPC PME com 4 trabalhos, CPC 29 e CPC 37 com 3 trabalhos cada e os CPC's 38, 39 e 40 com 2 trabalhos, enquanto que os demais CPC's foram abordados em apenas um trabalho cada. Contudo, dentre os 45 CPC's existentes atualmente, não foram encontradas pesquisas sobre a maioria deles. Notou-se também que, dada a importância desse assunto, pelo impacto econômico e social que representa, ainda são poucos os estudos realizados sobre esse tema após a obrigatoriedade da adequação, mas que estão em ascensão pois, dentre os 26 trabalhos analisados, 11 deles foram publicados somente no ano de 2013.

Desta forma, o objetivo da pesquisa foi alcançado ao identificar os estudos referentes à adequação das empresas brasileiras não financeiras aos pronunciamentos contábeis. No campo teórico este artigo contribui para o desenvolvimento de outros estudos na área das normas internacionais de contabilidade. Para estudos futuros, sugere-se que sejam pesquisados os CPC's





que não foram encontrados durante essa pesquisa, bem como analisar mais trabalhos que abordam sobre as normas internacionais de contabilidade.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, N. S. **Pronunciamentos contábeis brasileiros: evidências do entendimento dos auditores independentes do Brasil**. 2012. 132 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Gestão e Negócios, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia (MG), 2012.
- BARBOSA, G. C.; ROCHA, G.; SALES, I. C. H. Impacto da adoção do CPC 04 na contabilização de pesquisa e desenvolvimento: Empresas do setor elétrico. **In: 10º Congresso USP Iniciação Científica em Contabilidade, 2013, São Paulo**. Congresso USP Iniciação Científica em Contabilidade, 2013.
- BECK, F. *et al.* Principais alterações internas em uma empresa de capital aberto: um estudo do impacto da convergência contábil sob a ótica contingencial. **In: Congresso ANPCONT, 2012, Florianópolis**. VI Congresso ANPCONT. São Paulo: ANPCONT, 2012. v. 6.
- BRITO, E. **Um estudo sobre a subjetividade na mensuração do valor justo na atividade da pecuária bovina**. 2010. 109 f. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2010.
- CALVI, C. Z.; GRILLO, V. P. Relação entre as características financeiras das empresas e a adoção voluntária do *full* IFRS no Brasil. **In: XXXVI Encontro da ANPAD, 2012, Rio de Janeiro**. EnANPAD 2012.
- CALIXTO, L. Análise das Pesquisas com Foco nos Impactos da Adoção do IFRS em Países Europeus. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 21, p. 157-187, 2010.
- CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Makron, 1996.
- CAPES. Disponível em: <<http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/ProjetoRelacaoCursosServlet?acao=pesquisarIes&codigoArea=60200006&descricaoArea=CI%20CANCIIAS+SOCIAIS+APLICADAS+&descricaoAreaConhecimento=ADMINISTRA%C7%C3O&descricaoAreaAvaliacao=ADMINISTRA%C7%C3O%2C+CI%20CANCIIAS+CONT%20C1BEIS+E+TURISMO>>. Acessado em: 18/02/2014.
- CFC. Disponível em: <http://50.97.105.38/~cfcor495/wordpress/wp-content/uploads/2012/12/NBC_TG_GERAL_SIMPLIFICADAS_04032013.pdf>. Acesso em: 28/08/2013.
- CPC. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/pronunciamentosIndex.php>>. Acesso em: 26/05/2013.
- DRUZIAN, M. M.; ENSSLIN, S. R.; KRÜGER, L. M. Evidenciação de informações financeiras: Estudo do nível de aderência das Notas Explicativas ao Pronunciamento Técnico CPC 18 Investimento em Coligada e em Controlada. **In: 9º Congresso USP Iniciação Científica em Contabilidade, 2012, São Paulo**. Congresso USP Iniciação Científica em Contabilidade, 2012.
- FABIANO, D. **O nível de comparabilidade contábil dos países do BRIC**. 2012. 127 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Gestão e Negócios, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia (MG), 2012.



FILHO, F. A. C. *et al.* Evidenciação de informações financeiras: Um estudo sobre o reflexo no reconhecimento dos ativos intangíveis após a adoção das Normas Internacionais de Contabilidade nas empresas brasileiras listadas na BM&FBOVESPA. **In: 10º Congresso USP Iniciação Científica em Contabilidade, 2013, São Paulo.** Congresso USP Iniciação Científica em Contabilidade, 2013.

FREIRE, M. D. M. *et al.* Aderência às IFRS por parte de empresas brasileiras listadas na BM&FBovespa, no Setor de Bens Industriais – utilização de taxas de depreciação fiscais ou por estimativa de vida útil econômica dos bens do Ativo Imobilizado. **In: 12º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 2012, São Paulo.**

FREITAS, K. C. **Escolhas contábeis na adoção inicial das Normas Internacionais de Contabilidade: direcionadores das inserções do Pronunciamento Técnico CPC37.** 2011. 60f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Fundação Ensino Capixaba de Pesquisa em Contabilidade, Economia e Finanças, Vitória, 2011.

GRAY, D. E. **Pesquisa no mundo real.** Tradução: Roberto Cataldo Costa, 2ª ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

IUDÍCIBUS, S. *et al.* **Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC.** São Paulo: Atlas, 2010.

LISZBINSKI, B. B. **Implicações provocadas pela convergência às normas internacionais de contabilidade no reconhecimento de ativos intangíveis sob a perspectiva institucional: um estudo em empresas brasileiras de capital aberto.** 2013. 91 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2013.

LORENCINI, F. D.; COSTA, F. M. Escolhas Contábeis no Brasil: identificação das características das companhias que optaram pela manutenção versus baixa do ativo diferido. **Revista Contabilidade & Finanças (Online), 2012.**

LUCENA, W. G. L.; SOUSA, T. C. M. Um Estudo das Empresas Listadas na BOVESPA do Setor de Construção Civil acerca do Reconhecimento das Receitas e dos Custos com base no CPC 17. **In: XIX Congresso Brasileiro de Custos, 2012, Bento Gonçalves.** XIX Congresso Brasileiro de Custos, 2012.

MARINHO, S. L.; QUEIROZ, L. M. Redução ao valor recuperável de ativos: uma análise comparativa entre as informações divulgadas pelas empresas participantes do novo mercado e as exigências estabelecidas pelo CPC 01. **In: XX Congresso Brasileiro de Custos, 2013, Uberlândia.** XX Congresso Brasileiro de Custos, 2013.

MONTEIRO, J. A. M.; *et al.* Evidenciação das informações dos ativos intangíveis: Um estudo sobre o nível de aderência das companhias brasileiras do setor de bens industriais listadas na Bolsa de Valores do Brasil ao CPC 04. **In: 10º Congresso USP Iniciação Científica em Contabilidade, 2013, São Paulo.** Congresso USP Iniciação Científica em Contabilidade, 2013.

MULAZZANI, A. R. S. **Artefatos contributivos às normas internacionais de contabilidade: aplicação do conceito de custo total de propriedade a ativos qualificados.** 2010. 83 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (FECAP), São Paulo, 2010.





- OLIVEIRA, V. A. **Adoção inicial das normas contábeis internacionais por empresas brasileiras.** 2010. 154 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Gestão e Negócios, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia (MG), 2010.
- PESSOTTI, T. J. **Impacto da convergência às normas internacionais de contabilidade sobre a acurácia dos analistas do mercado de capitais brasileiro.** 2012. 70 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Fundação Ensino Capixaba de Pesquisa em Contabilidade, Economia e Finanças, Vitória, 2012.
- PRADO, T. A. R. **Os impactos da primeira adoção das normas IFRS nas demonstrações contábeis das companhias abertas brasileiras.** 2013. 123 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Gestão e Negócios, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia (MG), 2013.
- QUIRINO, M. **CPC 29 – Ativos biológicos: uma contribuição à mensuração do valor justo do ativo biológico florestal.** 2011. 104 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis e Atuárias) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.
- RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. Metodologia de pesquisa aplicável às ciências sociais **In: Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: Teoria e Prática.** 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- RECH, I.; OLIVEIRA, K. G. Análise da aplicação da CPC 29 e IAS 41 aos ativos biológicos no setor de silvicultura. **In: V Congresso ANPCONT, 2011, Vitória - ES.** V Congresso ANPCONT, 2011.
- REIS NETO, C. **Evidenciação das operações com derivativos pelas empresas não financeiras.** 2011. 91f. Dissertação (Mestrado em Controladoria Empresarial) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2011.
- RIBEIRO, A. C. **Provisões, contingências e normas contábeis: um estudo de gerenciamento de resultados com contencioso legal no Brasil.** 2012. 91 f. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2012.
- RICHARDSON, J. R. **Pesquisa Social: Métodos e técnicas.** 3. ed.14. reimpr. São Paulo: Atlas, 2012.
- RIVA, E. D. **Adoção do padrão contábil internacional nas pequenas e médias empresas e seus efeitos na concessão de crédito.** 2013. 178 f. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- ROCHA, A. I.; BOTINHA, R. A.; LEMES, S. IFRS para pequenas e médias empresas: um estudo de caso da adoção inicial em uma empresa de suinocultura. **In: 10º Congresso USP Iniciação Científica em Contabilidade, 2013, São Paulo.** Congresso USP Iniciação Científica em Contabilidade, 2013.
- SANTOS, G. M. **Critérios utilizados pelos escritórios contábeis na adoção inicial do pronunciamento CPC PME.** 2013. 87 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.



CONGRESSO UFSC de
Controladoria e Finanças &
Iniciação Científica em Contabilidade



SCHVIRCK, E., LUNKES, R. J., GASPARETTO, V. Divulgação de Informações por Segmento: Panorama da Aplicação do CPC 22. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**. Brasília. V. 7, n. 2, art. 2, p. 131-146, abr / jun. 2013.

SHINZATO, J. M. **O uso de instrumentos financeiros e o nível de evidenciação qualitativa e quantitativa nas demonstrações contábeis de empresas não financeiras, no contexto das IFRS**. 2011. 149 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis e Financeiras) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2013.

SILVA, A. M. D. **Adoção inicial das IFRS No Brasil: isenções opcionais, relevância das informações contábeis e gerenciamento de resultados**. 2012. 68f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Fundação Ensino Capixaba de Pesquisa em Contabilidade, Economia e Finanças, Vitória, 2012.

SILVA, D. T. **Determinantes de divulgação de ativos intangíveis: estudo do CPC 04 em clubes de futebol brasileiros**. 2013. 126 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

SOUSA, R. G. **Aplicação IFRS para pequenas e médias empresas**. 2012. 126 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

WERNKE, R.; LEMBECK, M. Método UEP como facilitador da aplicação do CPC16 - Estoques pela contabilidade de custos: estudo de caso. **In: XIX Congresso Brasileiro de Custos, 2012, Bento Gonçalves**. Anais de Resumos. São Leopoldo: ABC - Associação Brasileira de Custos, 2012.

YOUNG, E. FIPECAFI. **Manual de Normas Internacionais de Contabilidade**. 2ª ed. 2ª reimpr. São Paulo: Atlas, 2010.

ZANIN, A. Análise comparativa da mensuração entre a Lei 6.404/76 e a aplicação do CPC 29 em uma propriedade rural. **In: XIX Congresso Brasileiro de Custos, 2012, Bento Gonçalves - RS**, 2012.

